

A NORMALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII
E O *VERDADEIRO MÉTODO DE ESTUDAR* DE LUÍS ANTÓNIO VERNEY

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora

Quem quer falar uma lingua, deve conversar com os omens que a-falam bem.

Mas nam para aqui a reforma: deve-se dar um paso mais adiante, e acrescentar muita coiza, em que é defeituosa a lingua Portugueza.

Luís António Verney

RESUMO: Este artigo trata da doutrina de Luís António Verney no contexto da “normalização linguística” registada em Setecentos. Durante o século XVIII, a observação dos vários usos linguísticos levou a uma intensa actividade metalinguística em torno da “norma” da língua portuguesa. O esforço de padronização e regulação da língua não podia deixar de manifestar-se no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), obra reformista por excelência, como mostra a particular ortografia adoptada por Verney ou a sua uniformização de usos morfológicos e lexicais. Neste artigo procura-se demonstrar que à doutrina (meta)linguística de Verney subjaz um método racional.

PALAVRAS-CHAVE: normalização linguística, método racional, Verney, Verdadeiro Método de Estudar

ABSTRACT: *This article deals with the doctrine of Luís António Verney in the context of “linguistic normalization” registered in the eighteenth century. During this century, the observation of the various linguistic usages has led to an intense activity around the metalinguistic “norm” of the Portuguese language. The effort of standardization and regulation of the language could not fail to manifest itself in the True Method of Studying (1746), a reformist work par excellence, as shown in the particular orthography adopted by Verney or in his standardization of morphological and lexical uses. This article seeks to demonstrate that a rational method underlies Verney’s (meta) linguistic doctrine.*

KEYWORDS: *Linguistic standardization, rational method, Verney, True Method of Studying.*

Introdução

Luís António Verney¹ (1712-1792) distingue-se entre os intelectuais que mais iluminaram e agitaram o Portugal setecentista, para isso contribuindo a polémica suscitada pela sua obra magna, o *Verdadeiro Método de Estudar* — doravante, *VME*² —, como foi demonstrado por Cabral Moncada (1940) e Banha de Andrade (1965; 1980; 1982), autores destacados entre os muitos que estudaram, e continuam a estudar, a obra do famoso estrangeirado português.

Associada ao espírito reformista que percorreu o século XVIII, apesar de o contexto político, social, cultural e religioso ser então pouco permeável à mudança, a obra verneiana estava naturalmente fadada a atear a polémica que ficaria conhecida com o nome do controverso reformador (FREIRE, 1964). Nascido e educado em Portugal, porém esclarecido por Luzes estrangeiras, passou a maior parte da sua vida em Itália, país que lhe forneceu, junto com a França, o lastro humanístico e científico, conforme comprovação textual feita pelos supracitados estudiosos. Ao impulso de “emendar e reformar” que norteia o seu programa pedagógico, não escaparia sequer a língua portuguesa, vista pelo Autor como pedra angular de toda a instrução escolar. Posta em prática em várias das suas obras³, a reforma ortográfica corrobora que, a par da “utopia fonetizante”, já descrita em todos os seus contornos fonético-fonológicos (MARUYAMA: 1993; GONÇALVES, 2003: 55-72, *passim*), Luís António Verney planeara uma reforma global que, começando na escrita, alastraria às estruturas e planos mais profundos do saber.

Porque foi esquadrihada pela bibliografia específica sobre a polémica causada pelo *VME*, não se retoma aqui o essencial da reforma pedagógica verneiana, nem sequer no que tange ao ensino-aprendizagem da gramática latina (ANDRADE, 1964; ANDRADE, 1965; 1982). Sem se perder de vista, porém, o programa educativo em que foi expendida, intentar-se-á descortinar a sua concepção de “norma” do português. Exposta na mencionada proposta ortográfica, a perspectiva normativa de Verney não fica menos evidente nas referências, mais ou menos extensas ou superficiais, a aspectos linguísticos ou metalinguísticos

¹ Para uma biografia do Autor, vide: Salgado Júnior (1950, p. VII-XLVIII), Andrade (1980, p. 15-19), Martins (1992, p. 271-274).

² Apenas as citações nas Cartas I e IV (volume I, 1746) apresentam a ortografia original; nas restantes, segue-se a edição do Prof. Salgado Júnior (1949-1952).

³ Com a mesma ortografia do *VME* é também publicada a *Gramatica Latina tratada por um Metodo novo, que querem aprendela brevemente, e solidamente. Traduzida de Francez em Italiano: e de Italiano em Portuguez* (Barcelona, 1758).

tão variados como a pronúncia, o léxico e a renovação vocabular, o arcaísmo, a flexão nominal e verbal ou, ainda, os problemas inerentes à sinonímia. Para lá dos temas explicitamente tratados no *VME*, tal perspectiva preside quer às soluções gráficas não comentadas pelo Autor, quer a outras formas linguísticas com que se depara o leitor do *VME*, reflectindo umas e outras a particular visão de Verney sobre a língua portuguesa, ponto ainda pouco explorado (PIRES, 2001) na historiografia linguística.

1. Verney no contexto (meta)linguístico de Setecentos: o ensino da língua

No título da obra fica desde logo anunciado o objectivo de Verney: “Verdadeiro Metodo de Estudar para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal”. E esse será, de facto, o *leit-motiv* do *VME*. Com efeito, mesmo no plano estritamente linguístico, as propostas reformistas do Autor são norteadas pela utilidade, pela necessidade e pela racionalidade (*racionavel*), palavras que integram a bandeira ideológica do Autor, e que, não muitos anos depois, se encontrarão, junto com progresso, luzes e iluminar, tanto nos alvarás régios como em outros documentos oficiais relativos à reforma pombalina do ensino (GOMES, 1995). Para Verney, o atraso da nação portuguesa reclamava uma instante e radical mudança dos métodos vigentes, atribuíveis em parte ao monopólio jesuítico do ensino, motivo por que o novo método deveria corresponder não só às modernas necessidades da formação de homens úteis à República mas também às recentes concepções pedagógicas e didácticas, já aplicadas em países civilizados. A esse propósito, na Carta Primeira do *VME* sublinha o Autor:

[...] entre varias outras coizas que me-propoem, é a principal, o dezejo que tem, de que eu lhe-diga o meu parecer, sobre o métodos dos-estudos deste Reino: e lhe-diga seriamente, se me parece racionavel, para formar omens, que sejam utis, para a Republica, e Religiam: ou que coiza se-pode mudar, para alguma ideia, dos-estudos das-outras Nasoens, que eu tenho visto (VERNEY, 1746, p. 1).

Ditada pelo código ético e estético da época, a declaração de modéstia, mero disfarce da hipertrofia dos méritos autorais, é assumida por Verney quando a si mesmo se descreve, por ser estrangeiro, como “omem, de tam pouco me-recimento e autoridade”; fá-lo, porém, sem o excesso de humildade retórica da qual Bluteau tanto abusara no Prólogo ao seu *Vocabulario Portuguez, e Latino*

(1712-1721). No caso de Luís António, ademais da condição de não nativo, a prevenção contra a crítica dos nacionais, logo a abrir o *VME*, afigurava-se tanto mais necessária quanto mais estava garantida a repercussão da obra, consoante se viu na polémica subsequente à sua publicação. Em referência explícita à esperada crítica, antecipava Verney:

Eu sou Estrangeiro. E com dificuldade me-explicarei em uma lingua, que nam mamei no-berso. Que nas minhas cartas particulares, eu cometa erros, a bondade de V. P. mos-desculpa. mas se eu escrever em matéria, que se-posa mostrar a outrem; e me fugir da-boca, alguma expresam menos própria; averá censores tam dezumanos, que me condenem, por-escrever em língua alheia. tal-vez sem advertirem, que isto está sucedendo todos os dias, aos mesmos nacionais, que frequentemente os-cometem. Alem disto, sempre foi coiza odioza dar regras em caza alheia: e lembrando-me eu de alguns, que me-diseram muito mal, do-grande serviso que fez ao Reino o P. Bluteau, compondo o seu Vocabulario; via de longe, a tempestade que se-levantaria contra mim, se este meu parecer tivese a infelicidade, de sair das-maons de V. P. (VERNEY, 1746, p. 1-2).

Porque nem os nacionais estavam livres de pechas ao usarem a língua materna, Verney entendia a gramática⁴ como “porta dos-outros estudos; da qual depende a boa eleisam dos-mais” (VERNEY, 1746, p. 5), pois a ela cabia emendar e aprimorar a língua portuguesa, de molde a ficar apta para nela serem glosadas todas as matérias. Em definição que antepõe a escrita à fala, mas sem substancial divergência da tradição greco-latina, a gramática é definida como “arte de escrever, e falar correctamente” (VERNEY, 1746, p. 5). Continha este advérbio uma ideia exposta indirectamente, a cuja luz a língua é passível de melhoramento graças à intervenção esclarecida do grupo social que fornece o referencial linguístico, a saber, os “omens doutos”, os “Portuguezes de boa doutrina”. Nestes e nos “omens de melhor juízo”, aos quais caberia joeirar o trigo, destrinchando os usos mais próprios e polidos dos impróprios e plebeus, reconhecia Verney o padrão de correcção linguística subjacente àquela definição de gramática, pautada pela vigilância do registo escrito. No entanto, em vários passos, o Autor do *VME* não deixa de imputar àqueles “omens” impropriedades linguísticas e erros de vária ordem, resultantes seja de deficiente aquisição da língua materna, seja ao método de ensino da gramática latina sem recurso à língua materna dos aprendentes. Aqui residia, com efeito, se não a pedra an-

⁴ Sobre a relação entre gramática e filosofia no século XVIII. Vide: Torres (1998) e Calafate (2001).

gular da reforma, ao menos uma das pedras de toque do programa reformador de Verney: que o ensino do português precedesse o do latim e que o estudo da gramática latina se desenvolvesse em língua portuguesa.

Destinado a facilitar e a permitir a ilustração do latim na língua materna dos estudantes, o exemplo *a contrario* deste método era dado pelo jesuíta alentejano Bento Pereira (1605-1681), cuja gramática portuguesa para portugueses fora redigida em latim, sob o título de *Ars Grammatica pro Linguae Lusitana* (1672). Se o expurgo de expressões “toscas” e “plebeias” se operava em nome de critérios como o grau de instrução ou a posição social, seguindo os “doutos”, tomados como modelo do uso linguístico, às referidas expressões não deixava de ser reconhecida uma evidente funcionalidade comunicativa que, embora fosse inerente à fala espontânea, seria intolerável na escrita, dado o seu carácter permanente. Ao contrário do registo oral, no escrito, forma e substância significativa são inalienáveis, não podendo ver-se a segunda empobrecida ou aviltada por uma expressão menos hábil ou polida, desajustada das matérias glosadas, sobretudo quando estas requerem o exercício retórico da argumentação e da persuasão, artes em que Gregos e Latinos a todos haviam excedido, alçando assim as respectivas línguas ao invejável patamar da pureza linguística, motivo por que se haviam tornado referência de prestígio e, por conseguinte, objecto de estudo preferencial. Algo de semelhante propunha Verney para o português. Para o autor do *VME*, secundando nesta matéria os mestres latinos que haviam tomado o grego como exemplo, a pureza da língua materna não seria afectada pela aquisição de idiomas estrangeiros, sobretudo do francês, do italiano e, ainda, do castelhano, cuja aprendizagem Luís António Verney recomendava vivamente. Contudo, a pureza não era entendida pelo Autor como estado permanente, antes parecia depender de factores extralinguísticos – a actuação das invasões germânicas sobre o Latim imperial era um exemplo –, e bem assim da afeição dos seus naturais.

Que o ensino obrigatório da língua materna era a maneira mais directa de atacar o analfabetismo reinante em Portugal na primeira metade de Setecentos, além de ser uma das causas do atraso da mentalidade portuguesa em comparação com a das “nações iluminadas” da Europa, é o que naturalmente se desprende das palavras de Verney:

Nisto ha grande descuido em Portugal, achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não sabe ler, nem escrever, outros que, suposto saibam alguma coisa não contejam, o que causa sumo prejuízo em todos os estados da vida. Privam-se estes homens do maior divertimento que pode ter um homem quando está só, que é divertir-se com o seu livro. Fazem-se escravos

de todos os outros, pois, para ajustar contas, conservar correspondências, dependem dos mais. Fora de Portugal vive-se de outra sorte: são tão raros os plebeus que não saibam, escrever como aqui os que o sabem. O mochila, o carnicheiro, o sapateiro, todos se divertem com os seus livros. Esta necessidade é tão clara, que todos a experimentam: e assim não podemos assaz condenar os Pais que se descuidam nesta materia (VERNEY, V, 1952, p. 49-50).

Ademais de preceder o do latim, o ensino da língua portuguesa deveria ser instituído nos Colégios ou Universidades, nos quais passaria a ser obrigatório, embora o ideal verneiano pretendesse alargar o ensino do idioma materno a “cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do Público, para que os pobres pudessem mandar lá os filhos, o que se pratica em várias partes” (VERNEY, V, 1952, p. 50). Como preparação para a gramática latina, os rapazes começariam a ser escolarizados aos sete anos. Durante um período de três meses, centrar-se-ia o estudo nas “partes da oração”, seguindo-se a sintaxe (*uniam das partes*) e a sua regência e, por último, a ortografia. No âmbito da disciplina de Gramática Latina, à língua portuguesa continuaria ainda reservada meia hora diária, devendo a exemplificação fazer-se em português, método que, segundo Verney, produziria bons resultados, conforme atestava a sua experiência directa: “[...] pois somente desta sorte é que se entendem, e com muita facilidade, como sou testemunha” (VERNEY, V, 1952, p. 54). Conquanto privilegiasse a observação directa, não desestimava o Autor outras formas de conhecimento, consoante esclarece na *Carta Primeira*: “Basta que diga, uma vez por todas, que a major parte do-que eu digo, experimentei eu mesmo: outras coizas, observei em terceira pessoa; ou li em autor aprovado” (VERNEY, 1746, p. 4). Mas, a par do Latim, insiste Verney nas vantagens de os estudantes prosseguirem, com periodicidade semanal, o estudo do idioma materno, incidindo este na leitura e na explicação do “sentido, e propriedade das palavras”, assunto caro à reflexão metalinguística (GONÇALVES, 1997; 2001) de Setecentos, em especial a da segunda metade. Embora seja tratada a propósito de matérias pedagógicas, a questão da propriedade lexical e outras anotações lexicológicas, feitas sobretudo em vários passos da *Carta Primeira* do *VME*, incluem o Autor na galeria dos que, no século XVIII, atentaram na dinâmica lexical.

Retomando o pensamento verneiano no que tange ao ensino-aprendizagem da língua materna, são de realçar as ideias relativas à instrução das mulheres, devido ao papel destas como educadoras no seio da família. Se este aspecto contribui, ainda mais, para colocar Luís António no lugar cimeiro de reformador das mentalidades, a verdade é que nesta matéria, como em outras, não verteu o

nosso estrangeirado doutrina própria, pois são bem conhecidas as suas fontes francesas, tal como demonstrou o Prof. Salgado Júnior: Fénelon (1651-1715), cuja *Education des Filles* (1687) se repercute nos passos em que Verney trata deste assunto, e também Charles Rollin⁵ (1661-1741). Sendo certo que as propostas de Luís António não eram originais, conforme cotejo textual do Prof. Salgado Júnior no aparato crítico da sua edição comentada do *VME* (VERNEY, V, 1952, p. 123-126), sobressaem, ainda assim, no contexto português de Setecentos, graças ao singular reclamo do direito das mulheres à instrução básica, a saber, ler, escrever e contar, as três operações básicas da literacia, ainda hoje objecto de muitas e controversas perspectivas metodológicas, analisadas nas últimas décadas à luz de dados de ordem psico-cognitiva que comprovam a complexidade dos processos em questão. Ao tempo de Verney, o problema era equacionado em termos de como ensinar, não em termos de como aprender, já que o estudante era concebido como uma entidade essencialmente passiva, uma espécie de recipiente em que o mestre vazava um conhecimento dirigido ao exercício da memória. Ora no *VME* não raro se encontram referências negativas à repetição conducente à memorização, aí sendo visado o método jesuítico, no qual o exercício da memória parecia cumprir uma função superior ao raciocínio, faculdade mais apreciada pelo reformista.

Apesar de o analfabetismo ser clamoroso entre as mulheres portuguesas, quando pela Europa afora muito se havia avançado nesse terreno, na crítica a essa situação não deixava Verney de abarcar a instrução masculina, pois, não obstante a sua proeminência social, também muitos homens liam e escreviam com extrema dificuldade. Que Verney estava bem ciente das falhas educativas em Portugal, assim como das *formae mentis* que lhe eram subjacentes, confirmam-no as palavras do Autor, quando se refere a um “estilo de Portugal”:

Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de família são as nossas mestras nos primeiros anos de nossa vida: elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem?

⁵ É autor do *Traité des Etudes* (1726-1728). Sobre este autor, vide: Hazard (1989, p. 183-185). No quadro das reformas pombalinas, aquela obra inspiraria vários passos das *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, e de Rhetorica* [...], publicadas em Lisboa no ano de 1759. Na sequência do Alvará que ditava a expulsão dos Jesuítas, o encerramento dos seus Colégios, assim como a proibição dos manuais dos inicianos, este texto fornecia orientações para o ensino daquelas matérias. A respeito da polémica da gramática latina, vide: Freire (1964) e Andrade (1982). Sobre a influência do pensamento de Verney nas reformas pombalinas, vide: Gomes (1995, p. 7-27).

Certamente que os prejuízos que nos metem na cabeça na nossa primeira meninice são sumamente prejudiciais em todos os estados da vida; e quer-se um grande estudo e reflexão para se despir deles, além disso elas governam a casa, e a direcção do económico fica na esfera da sua jurisprudência. [...] Além disso, o estudo pode formar os costumes, dando belíssimos ditames para a vida: e uma mulher que tem alguma notícia deles pode, nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil e honesta, no mesmo tempo que outras se empregam em levandades repreensíveis. Muito mais, porque não acho texto algum da Lei, ou Sagrada, ou Profana, que obrigue as Mulheres a serem tolas, e não saberem falar. As Freiras já se sabe que devem saber mais alguma coisa, porque hão-de ler livros latinos. Mas eu digo que ainda as casadas e donzelas podem achar grande utilidade na notícia dos livros. [...] Reduzindo pois em pouco o que se pode dizer nesta matéria, principalmente acomodando-me ao estilo de Portugal, digo que com as mulheres se deve praticar o mesmo que apontei dos rapazes (VERNEY, V, 1952, p. 125-126).

Ao invés dos que então viam a mulher como um ser inferior ou destituído de capacidades intelectuais⁶, não hesita Verney em afirmar a igualdade de faculdades da mulher; mas, por mais que o ónus do estatuto feminino na sociedade recaia na falta de instrução, não na natureza feminina, isso não significa que os preconceitos tenham ficado dirimidos no *VME*, como se infere da comparação entre uma moça freira da Corte e um “galego de meses”, em passo que deixa transparecer algum preconceito em relação aos galegos:

Pelo que toca a capacidade, é loucura persuadir-se que as mulheres tenham menos que os homens. Elas não são de outra espécie no que toca à alma; e a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento. A experiência podia e devia desenganar estes homens. Nós ouvimos todos os dias mulheres que discorrem também como os homens: e achamos nas histórias mulheres que souberam as Ciências muito melhor que alguns grandes Leitores que nos ambos conhecemos. Se o acharem-se muitas que discorrem mal fosse argumento bastante para dizer que não são capazes, com mais razão o podíamos dizer de muitos homens: comparece V. P. uma Freira moça da Corte com um Galego de meses, e verá quem leva a vantagem. De que nasce esta diferença? Da aplicação e exercício, que tem um e outro não tem. Se das mulheres se apli-

⁶ A esse propósito, conclui Luís António Verney: “Certamente que a educação das mulheres neste Reino é péssima; e os homens quase as consideram como animais de outra espécie; e não só pouco aptas, mas incapazes de qualquer género de estudo e erudição. Mas, se os Pais e Mães considerassem bem a matéria, veriam que têm gravíssima obrigação de as ensinar melhor: e que de o não fazerem resulta gravíssimo prejuízo à República, tanto nas coisas públicas, como domésticas” (VERNEY, V, 1952, p. 149).

cassem aos estudos tanto quanto entre os homens, então veríamos quem reinava (VERNEY, V, 1952, p. 125).

Para lá de elementos relativos à Fé e à História, não só da Sagrada mas também da Profana⁷, porque a economia doméstica estava na alçada feminina⁸, Verney valoriza especialmente a competência aritmética da mulher em detrimento de outros predicados culturais e linguísticos, motivo por que, logo que saiba e escrever sofrivelmente, deverá ser-lhe dada “alguma ideia da oração, a declinação do Nome, conjugação dos verbos e o caso pedido por estes”, e, por fim, a pontuação e a ortografia, aspectos importantes na instrução das raparigas, visto estar-lhes vedada a possibilidade de aprender tais assuntos nos Colégios.

No que tange às línguas estrangeiras, a espanhola tinha, segundo Verney, a vantagem de permitir o acesso a “histórias e outras obras daquela Nação”, ideia que decerto reflectia não só o anterior estatuto do castelhano como língua cortesã e literária em Portugal mas também o estatuto de língua de prestígio, adquirido nos séculos XVI e XVII. Afora o castelhano, eram igualmente recomendados o italiano e o francês, por serem os idiomas em que circulavam as novidades científicas e humanísticas, sendo o primeiro deles favorecido pela

⁷ Ainda de acordo com Fénelon, na obra supracitada, observa o Autor a respeito da História de Portugal: “Depois da História Universal, segue-se a particular de Portugal. É justo que as mulheres saibam a História da sua Pátria, e vejam que tem havido bom e mau, na história do seu Reino. Não digo que devam ler tudo o que se vai escrevendo na Academia Real sobre esta matéria: Basta que se sirvam de um Compêndio, ou leiam o de Faria, etc.” (VERNEY, V, 1952, p. 136).

⁸ Ao transcrito acima, acrescenta Verney: “Depois disto, devem ensinar as quatro primeiras operações de Aritmética, as quais são todos os instantes necessárias para a economia da casa. Isto aprende-se em quinze dias com facilidade havendo Mestre que o saiba explicar bem; pois bem se vê que, do ler para diante, requer-se Mestre, visto que mães não têm todo o tempo, ou paciência, ou doutrina, para isso” (VERNEY, V, 1952, p. 132). Conclui depois, citando Rollin: “Estes estudos têm a particularidade de não impedir os mais necessários, e que são próprios das mulheres: falo da economia, que se pode aprender ao mesmo tempo que se faz o outro. Diz. M. Rolin com razão que este é o fim para que a Providência as pôs neste mundo: para ajudarem os maridos ou parentes, empregando-se nas coisas domésticas no mesmo tempo em que se aplicam às de fora. Por este nome de Economia entendo saber o preço de todas as coisas necessárias para uma casa e a melhor qualidade delas, como também em que tempo de devem fazer as provisões da casa, o que importa muito para poder poupar. Também como se deve preparar um jantar, e com a menor despesa, em cada tempo do ano; e outras coisas destas. Isto parece nada aos ignorantes; mas parece importante a quem reflecte que, da falta destas coisas, nasce fazerem-se gastos supérfluos, com ruína das famílias” (VERNEY, V, 1952, p. 137-138).

longa permanência de Verney em Itália e pela influência de autores italianos no seu pensamento, conforme atestam as sempre elogiosas referências aos “nossos Italianos”.

2. Norma e “normalização” da língua portuguesa

Seja pela doutrina exposta, seja pela prática linguística patente no texto, a *Carta Primeira do Verdadeiro Método de Estudar* oferece-se ao historiador e ao historiógrafo da língua como curiosa fonte da perspectiva verneiana sobre o português, idioma em que, não obstante ser português por nascimento e ter partido para Itália quando com vinte três anos de idade, ainda se considerava estrangeiro. A reiterada insistência nesta condição, a exemplo de D. Rafael Bluteau (1638-1734), seria talvez fruto do especial entorno familiar⁹ de Luís António e servir-lhe-ia de atenuante para as falhas apontadas à obra, tal como fizera aquele lexicógrafo.

Pelo discurso reformador de Verney perpassa um ideal de normatização e padronização linguística, desde logo denunciado quando o estrangeirado identifica a “norma culta”¹⁰ do português com a variedade prestigiada correspondente à “fala do centro atlântico do reino, sede da corte”, vale dizer, a Estremadura (MARQUILHAS, 2001, p. 112). Delimitada a norma em termos geográficos, no plano sociolectal o padrão assentava na fala dos “omens doutos” da referida região. Como salientado a propósito de Bluteau (MARQUILHAS, 2001, p. 112-113), a padronização teria sido favorecida pelo absolutismo régio de D. João V que, graças à repartição de prebendas e ao exercício do mecenato, fortalecera o papel da corte como centro de excelência cultural. Transferido para o terreno linguístico, esse centralismo promoveu a variedade da sede do poder, com a qual passariam a ser confrontados, em termos correctivos, os desvios representados pelas outras variedades diatópicas. Não será por isso coincidência o aparecimento, precisamente no reinado joanino, de referências

⁹ Boa parte da família directa de Verney era de origem francesa: o pai, os avós paternos e o avô materno (MARTINS, 1992, p. 271). É de crer, portanto, que Verney crescera em contexto bilingue, o que, somado ao latim e ao grego, e, mais tarde, ao italiano, configura uma erudição plurilingue, com tudo o que isso significa em termos de abertura de espírito. E assim se explicará o carácter obrigatório da aprendizagem das línguas modernas, em especial do francês e do italiano, no seu programa pedagógico.

¹⁰ Até hoje a “questão da norma” continua a ser debatida, nela estando envolvidos muitos e variados aspectos extralinguísticos. Para uma problematização do conceito de “norma” em contexto português, veja-se Isabel Almeida Santos (2006, 2010). Para o contexto brasileiro, veja-se Bagno (2004).

claras, embora genéricas, à variedade estremenha. É o que se regista em obras de Bluteau (1712) e de Contador de Argote (1725), seguidos por Verney, sendo que notar que este último saiu de Portugal em 1736, isto é, catorze anos antes do início do reinado Josefino e da ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Que Verney não hesitava quanto à localização geográfica e social do modelo linguístico, é o que se conclui das suas palavras:

[...] digo que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina da-Provincia de Estremadura: e posto isto, devem escrever a sua língua da-mesma sorte que a-pronunciam. Esta e uma singularidade da-língua Portugueza, que só se-acha nela, na Italiana, e na Castelhana: ainda-que esta tenha sua variedade: ponho de parte a Latina, que é morta (VERNEY, 1746, p. 14)¹¹.

Ademais do contraste entre línguas vivas, com as inerentes variações, e línguas mortas, cuja fixidez obsta à reforma¹², sublinhe-se a assunção do princípio quintiliano da escrita como reflexo directo da fala, invocado boa parte dos gramáticos e elevado pelo iluminista português ao patamar de “utopia fonetizante” (MARUYAMA, 1993; GONÇALVES, 2003, p. 55-72, *passim*), em notória divergência com a linha etimológica já então predominante, tanto mais que a ortografia fonética concorria para a “excelência”¹³ do idioma, qualidade indispensável para aceder ao panteão das línguas ilustradas.

Aquele princípio dependia, por isso, da observação da pronúncia. De acordo com a descrição traçada pelo estrangeirado, a par de muitos fenómenos modernos — o fechamento das átonas, em especial das finais; a neutralização da oposição entre africada e fricativa palatal (*bucho* e *buxo*)¹⁴; a palatalização

¹¹ A delimitação da língua culta ocorre ainda, de forma directa, no seguinte passo: “Em matéria de pronuncia, sempre se-devem preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura, che [sic] todos os das-outras Provincias juntas” (VERNEY, 1746, p. 30).

¹² Com efeito, Verney legitima a intervenção nas línguas modernas, mas desaprova tal ingerência em línguas antigas, conforme se lê no trecho seguinte: “Nas línguas mortas, faso escrúpulo, de mudar uma letra; mas nas vivas, em que nos temos o poder, e uso [...]” (VERNEY, 1747, p. 45).

¹³ Afirmava Verney que “sempre se-avia de seguir a pronuncia, pois era esta a maior excelencia do-Portuguez” (VERNEY, 1746, p. 33).

¹⁴ Descreve o fenómeno de maneira inequívoca: “Nesta letra é digno de atensam, o demaziado escrúpulo de alguns, que magistralmente decidem, que o *x* tem diferente pronuncia do-*ch*, antes de *e*, ou *i*: e que é erro dizer *Xapeo*; mas que-se deve pronunciar, *Chapeo*, carregando muito no *ch*, para o-distinguir do *x*, e advertem, que é erro da-pronuncia da-Estremadura. Nam digo, que na escritura convertamos o *ch*, em *x*: deixo as coizas como se-acham: só digo,

da sibilante em posição final (*Feliz*)¹⁵; a realização da vogal epentética que desfizera o antigo hiato (*cea-ceia*)¹⁶; a alternância entre os ditongos [ow], que então já monotongava na variedade padrão e nos dialectos centro-meridionais, e [oj] (*touro – toiro*)¹⁷ —, a pronúncia portuguesa também contemplava outros tantos fenómenos de cunho arcaizante, que surpreendem o historiador por não ocorrerem em outras fontes coetâneas. Embora Verney pudesse gabar-se de possuir bom ouvido, consoante se verificou acima, não é menos verdade que às vezes deforma a percepção de certas realizações, como quando reconhece um “i” na vogal átona final -e: “Estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no-meio; mas principalmente nos-fins das-disoens, v. g. e final pronunciam como i em *De-me, Pos-me*” (VERNEY, 1746, p. 42). Por isso, não deixam de causar estranheza as formas *proguntar, nacer, emportava, intender, despois, polo*, claramente antigas, ao lado de outras, não menos curiosas — *contrareiam, vareiam, copeiam* —, resultantes da uniformização das terminações dos verbos em *-iar* e *-ear*.

Tirante a ortografia e a fonética, aspectos de outra linhagem permitiriam adiantar que, na língua portuguesa, quase nada terá escapado ao crivo normalizador. Não obstante serem aflorados, no *VME*, alguns temas de carácter diacrónico, de que é exemplo a referência vaga ao parentesco linguístico, os de ordem sincrónica são mais abundantes e mais relevantes, o que indubitavelmente situa a doutrina verneiana no eixo da contemporaneidade, em sintonia, portanto, com o perfil do reformista que, condenando os defeitos do *status quo*, almeja alterar tal estado de coisas pela via educativa. Quiçá por isso não foi Verney pródigo em dados históricos, nem em discussões etimológicas, o que corrobora o carácter “presencialista” da sua perspectiva no terreno linguístico,

que na pronuncia, nam á diferença entre uma, e outra letra. [...] Somente alguma diversidade achei nos-Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronuncia Romana do-*c*” (VERNEY, 1746, p. 30).

¹⁵ Verney reconhece perfeitamente essa realização moderna: “O que eu sei é, que a pronuncia Portuguesa acaba em *x*, todas as palavras que acabam em *s*: quero dizer, que todo *s* final pronunciam como *x*. de que nam quero outra prova mais, que cada um observe, como pronuncia o *s* final; e que diferença tem do-*s*, que pronunciam no meio das disoens [...] observo, que nam só o *s* final se-pronuncia como *x*, mas tambem o *z* final [...]” (VERNEY, 1756, p. 29).

¹⁶ Afirma Verney: “[...] todo o *e* antes de *a* no-meio da disam, pronunciam como se-fose um tritongo, v.g. *Cea, Veia*; pronunciam *Ceia, Veia*: namobstante que na escritura, comumente nam ponham o *i*” (VERNEY, 1746, p. 43).

¹⁷ A esse respeito, comenta o Autor: “E na verdade nam poso intender, por-que razam, pronunciando os omens doutos nos-seus discursos, *Dois, Oito, Oitenta, Toiros, Coizas*, &c. devam na escritura mudalo em *u*; se nam é por-se-conformar com quatro velhos impertinentes, que intendem e julgam mal das-coizas (VERNEY, 1746, p. 43).

no ortográfico em especial, já que neste a pronúncia se sobrepõe à etimologia (GONÇALVES, 2003, p. 55-72, *passim*). Resta, assim, sabe como esse desígnio reformador se repercutiu em outros domínios da língua portuguesa.

Para Verney, “normalizar” (Santos, 2006, *passim*) a língua equivale a “estabelecer um uso constante”, palavras que sugerem a redução, a um único paradigma, das irregularidades provenientes da variação diacrónica. Essa utopia reguladora terá levado Verney a adoptar um plural em “-is” (*inutis, facis*), em vez do já então corrente “-eis” (*inúteis, fáceis*). Esse mesmo ideal levou-o a discorrer sobre diferentes terminações dos nomes gentílicos ou gentílicos, nos quais se lhe afigura necessário (e possível) intervir para nivelar a diversidade de formas. Assim sendo, “Algarvio”, “Alentejam”, “Minhoto” e “Beiram” deveriam ver as respectivas terminações reduzidas a *-ense* ou *-ano* (*Algarviano, Alentejense-Alentejano, Beirense-Beirano*). Propõe soluções semelhantes para *Eborense* (ou *Evorense*), *Portuense*, *Coimbreense* e para *Insolense* e *Indiano*. Deste modo, graças à uniformidade, alguns desses gentílicos ficariam destituídos da “acepção injuriosa”¹⁸ que pareciam comportar, segundo anotação semântica de Verney. Em consonância com a pronúncia, idêntica normalização é proposta para os plurais em “-al”, ora grafados com “ais”, de acordo com a realização oral, ora com “-aes”; já para os nomes em “-er”, a solução reguladora recai em “-res”; para nomes como *Index / Indice* admite usos alternativos porque “oje se-recebem diferentemente em Portugal” (VERNEY, 1746, p. 39). Nas demais palavras, a regra consistiria em manter “z” ou “s” nos plurais, sempre que existam no singular respectivo (*Brazil-Brazis; Malsim-Malsins*).

Se há aspecto em que o estrangeirado português revela ser um “moderno”, em contraste com os portugueses coetâneos, é sobretudo na maneira de conceber a unidade “palavra”. Com efeito, quando a respeito do apóstrofe admite elisões semelhantes às abaixo referidas, ou quando, na mesma sequência gráfica, aglutina formas que já não eram usuais na escrita impressa, ou, ainda, quando faz ligações inusitadas (em locuções conjuncionais, por exemplo), rompe Verney — sobretudo neste último caso — com a tradição anterior, apontando para uma concepção de palavra que, seja por um critério acentual, seja por um critério significativo, roça os limites da legibilidade, como se observa em exemplos que desafiam a imediatez da legibilidade: *comque* (com que), *vistoque* (visto

¹⁸ Leiam-se as palavras do autor: “Seria mui util, que os omens doutos introduzisem uma terminasam certa, em todos os Patronimicos de Provincias &c. no-que falta muito a língua Portugueza. A um omem das-Provincias, chamam *Algarvio*, a outro *Alentejam*, a outro *Minhoto*, *Beiram*, &c. E ainda estes nomes nam sam geralmente, e benignamente recebidos; porque se-reputam injuria” (VERNEY, 1746, p. 41).

que), *desorteque* (de sorte que), *namobstantequ* (não obstante que). A isto acresce a ligação ao verbo, por meio de hífen, quer de unidades enclíticas, quer de proclíticas, hifenização também inclui as preposições, que assim aparecem ligadas ao substantivo seguinte. Entre muitos outros, observem-se os seguintes exemplos: em *Ihes-esqueceo*, *por-injuria*, *se-pronuncia*, *devem-se*, *da-Provincia*, *a-pronunciam*, *os-iguale*.

Como salientado antes, em nome da pronúncia e do exemplo dos Italianos, admite Verney a elisão vocálica assinalada com apóstrofe, solução que, ademais de aproximar a escrita da fala e evitar desagradáveis hiatos, “adoçava” a pronúncia portuguesa sem interferir na expressão dos sentidos. Vale a pena atentar nas palavras do autor do *VME*:

Creio mui justo, introduzir na língua Portuguesa, os *Apostrofes*: que sam umas virgulas, que se-escrevem no-alto de uma consoante antes da-vogal seguinte; para mostrar, que falta uma vogal, e que a consoante se-deve unir na pronuncia, com a vogal da-seguinte disam. Digo na proza, porque no-verso o Camoens, e outros já os-introduziram. Os nosos Italianos introduziram os Apostrofes, para abreviarem as-disoens; vistoque, comendo-se as ditas vogais na-pronuncia, e supérfluo escrevelas: bastando ali pòr o sinal, de que deveriam estar. O mesmo fazem os Francezes: e cuido que, sem alguma censura, o podem introduzir os Portuguezes. (...) Nem isto é tam novo em Portugal, que nam se-achem vestigios desta uniam na pronuncia: antes nam á coiza mais frequente. Considere V. P. estas palavras, *Deste*, *Daquele*, *Damesma*, e outras semelhantes; e verá nelas o que digo. Antigamente escrevia-se, *De este*, *De aquele*, *De a mesma* &c. (...) Mostrou a esperiencia, que, pronunciando estas partículas separadas fica áspera a pronuncia: e assim deitaram-nas fora até da escritura (VERNEY, 1746, p. 37).

Expondo os seus receios quanto à aceitação deste ponto da reforma gráfica, remata Verney:

O que suposto, o que eu aconselho é, que pratiquem com as outras disoens, que se-unem na pronuncia, o mesmo que tem praticado com estas: e que em ambas as partes ponham o Apostrofe (...). Apostarei eu, que dezmil omens Portuguezes, a um só nam veio nunca á imaginasam, que *Deste*, &c é composta *De*, e *Este*. Proguntei isto a alguns, e nam me-souberam responder: e contudo serviam-se indiferentemente destes termos. Eu teria uzado mais a miudo dos *apostrofes*, mas como ainda nam estam bem introduzidos, temo que me-nam-intendam (VERNEY, 1746, p. 37-38).

Das emendas e acrescentos requeridos pela reforma resultariam o “aumento, a pureza, e elegância da língua”, predicados bem ao gosto das concepções

(meta)linguísticas então vigentes, os quais, sem prejuízo da adequação funcional do instrumento à comunicação oral e escrita, integravam o ideal de perfeição que Luís António Verney também perseguia, tanto mais que as mudanças por ele propostas visavam aprimorar a língua portuguesa segundo moldes racionais, por forma a ombrear com os idiomas das nações mais ilustradas da Europa. Manifestação dessa intervenção racional ou racionalista na língua será decerto a procura de uniformidade, consoante acima se mostrou.

Embora careça de originalidade em muitos dos seus contornos, da doutrina linguística expendida por Verney sobressaem alguns conceitos pertencentes ao acervo terminológico da época: “idiotismo”, “propriedade” e “elegância”. Atente-se no primeiro deles. Ao invés do *Vocabulario Portuguez, e Latino* (BLUTEAU, 1713, p. 30), onde o idiotismo é definido como variedade sociolectal — *modo de fallar plebeio. Phrase popular* —, na *Carta Primeira* do *VME* Verney engloba no idiotismo as formas ou construções de uma dada língua, não partilhadas por outros sistemas linguísticos¹⁹:

A razam porque nos-parece tam difficultozo o estudo da-Gramatica Latina, (alem de outros motivos que em seu lugar direi.) é porque nos-persuadimos, que toda aquela machina de regras, é particular da-língua Latina: e nam á quem nos-advirta, quais sam as formas particulares desse língua, a que chamam Idiotismos: quais as comuas com as outras (VERNEY, 1746, p. 8-9).

Assim sendo, o ensino do idioma materno poria em evidência os seus idiotismos.

Quando se centra na pronúncia e na ortografia do seu tempo, procurando corrigi-las e uniformizá-las; quando tenta regular a formação de certos plurais e a flexão de alguns verbos; e quando estabelece as formas lexicais verdadeiramente portuguesas, opinando a respeito da renovação lexical resultante de importação vocabular, Verney manifesta-se a respeito do estado da língua portuguesa na primeira metade de Setecentos, ao mesmo tempo que pretende fixá-la em concordância com a “utopia” que inculca a ideia de que o “uso dos omens doutos” governa a língua. Ao aludir à “ridicularia” ou pedanteria” de

¹⁹ A definição vigora até ao século XIX, porquanto no *Escholiaste Portuguez* (NETTO, 1884, p. 301) ainda se encontra uma definição semelhante, se bem que mais desenvolvida do que a de Verney: “Dão os grammaticos este nome á construcção ou locução contraria ás regras communs e geraes. Mas proprias e particulares de uma língua [...]. Cada lingua tem os seus idiotismos e suas locuções próprias de difficil traducção exacta em outra língua. Apesar de suas construcções viciosas e contrarias ás mais simples regras da lógica, os idiotismos contribuem muitas vezes para a originalidade e até para a belleza de uma língua”.

certas realizações ou comportamentos linguísticos afectados, mesmo entre doutos, dos quais deveria emanar, afinal, o modelo da língua culta ou elaborada, Verney denuncia que, mau grado o expurgo de usos vulgares e de imperfeições, a “utopia” da perfeição linguística (GONÇALVES, 2002), consubstanciada na conjugação de qualidades como a propriedade, a clareza, a polidez, a regularidade e a simplicidade, estava longe de ser alcançada, motivo por que reclamava o Autor um ensino travejado na língua materna. Qualquer que fosse a sua natureza, as dúvidas seriam dirimidas graças à experiência e, sobretudo, à razão, verdadeira luz dos homens em todas as matérias. Valorizado o conhecimento empírico, a experiência verneiana remete para a observação directa, com os próprios olhos, expressão que ocorre, não por acaso, no *VME*.

3. Das palavras estrangeiras

Tal como a descrição da pronúncia, também as anotações lexicológicas feitas por Verney são presididas pela razão e pela experiência. As preocupações do autor centram-se principalmente nos estratos cronológicos e sociais do léxico — palavras antigas, palavras novas, palavras plebeias e palavras toscas —, na questão da propriedade do uso lexical, incluindo aspectos de ordem semântica, e na renovação lexical por meio do aportuguesamento de palavras estrangeiras, necessárias à correcta e mais precisa expressão em português. É de realçar que, neste âmbito, faz o iluminista, mais claramente do que em qualquer outro assunto (meta)linguístico, uma verdadeira apologia dos Modernos e dos seus valores.

Quanto às camadas cronológicas, não se nota em Verney grande apego às palavras antigas, por estarem em desuso e serem “toscas”, sendo apenas necessárias à leitura de documentos antigos, motivo por que desaprova uma reintrodução artificial, tanto mais que o abandono de tais palavras resultou do “expurgo” linguístico, processo conveniente ao lustro de todas as línguas. As palavras do polemista são esclarecedoras mesmo no que tange aos agentes do processo em causa, a saber, a elite constituída pelos mais ajuizados em matéria de língua:

Seria uma ignorancia manifesta, e afetasam indesculpavel, falar oje com muitas palavras, de que uzáram os antigos Portuguezes. E isto, nam por-outra tazam, senam porque a língua se-foi purgando, e os omens mais caoazes intendêram, que se-deviaz falar de outra maneira. [...]. Alem disto, e já coiza muito antiga, que o uso e juízo dos-omens doutos, e de boa eisiam, decida neste particular. E

como ajam muitos Portuguezes inteligentes, que escrevam polo contrario; e asinam boa razam do-que dizem, nam tem lugar nisto, uma prescriçam sem fundamento (VERNEY, 1746, p. 45).

Ao Vocabulário caberia, e não aos autores antigos, obviar problemas de actualização lexical verificados nas línguas vivas, numa evidente manifestação da superioridade dos modernos relativamente àqueles²⁰. Transferida para o português, desta querela entre modernos e antigos apenas os Latinos saem ilesos, conquanto nem sempre sejam isentos de pechas. No entender do Autor, se a senectude lexical constitui um embaraço para os modernos portugueses, não o é menos a indecorosa cacofonia de certas sequências da pronúncia portuguesa, aconselhando, não sem alguma ironia, que sejam evitadas, sobretudo na fala. Entre as “cacofonias menos sofríveis” contam-se as já enfeitadas pelo P. António Vieira e por Bluteau, a saber, *Com noticia, Por razam*, sendo que para o segundo destes autores, tais expressões pertenciam à estirpe de *Arrecadar* e *Arrematar*, as quais, devido ao elemento “arre” eram susceptíveis de ofender “orelhas tam delicadas e escrupulozas”. Segundo o Autor, o decoro motivava, ainda, que certas palavras bem portuguesas raramente fossem pronunciadas em público, situação contrastante com a liberalidade social e linguística dos Italianos, consoante a seguir se lê:

Mas o que me-da mais vontade de rir é, ver as cautelas que praticam, para dizerem, *Porco*. Uns dizem *Gado mais asquerozo*: outros dizem carne suina: e louvam muito em alguns antigos escritores. Tudo puerilidades. *Porco* nam e palavra obscena: dizem-na os Latinos, e os nosos Italianos diante do-Papa. antes creio que asquerozo, traz a memoria nam so coiza *suja*, como *porco* [...]. Estas delicadas orelhas pronunciam, *sujidade, escremento, lesmas, ratos, persevejos, piolhos, pulgas*, e outras coizas imundissimas sem dificuldade: e acham-na em pronunciar, *Porco* (VERNEY, 1746, p. 42).

Era natural que os apontamentos lexicológicos conduzissem Verney a terreno vizinho: a lexicografia. Em matéria lexicográfica detém-se o Autor nas

²⁰ Veja-se um exemplo desse confronto: “Sei que alguns, dam em razam do-que escrevem, acharem-no assim escrito, nos-antigos Portuguezes. Mas esta razam, e de caboesquadra. Porque tratando-se de linguas vivas, que nam estavam purgadas polo pasado, mas que na nosa idade, se vam reduzindo à perfeisam; e desta, da-qual no-nosso tempo, apareceo o primeiro Vocabulario; Observe V.P. que os que assim respondem, contrareiam-se na pratica: porque nam uzam daquelas palavras toscas, que ainda lemos nas leis antigas, nos-testamentos, doasoens, e outros documentos, que deixaram os Antigos” (VERNEY, 1746, p. 45).

obras de Bluteau e da Crusca: na nomenclatura do *Vocabulario Portuguez, e Latino* critica a abundância de “palavras plebeias, e antigas”; na obra da instituição italiana parecem confluir, por sua vez, todos os predicados exigíveis a um modelo lexicográfico. Das palavras do Autor infere-se a oposição entre “palavras boas” e “palavras plebeias, e antigas”, avaliação que denuncia não só uma estratificação sociocultural como também cronológica, assente em camadas lexicais distintas: se uma destrinça os usos aceitáveis dos usos plebeus, a outra sanciona os usos modernos em detrimento dos antigos²¹. Por isso mesmo, uns e outros, plebeus e antigos, a exemplo da Academia francesa, eram arredados de um Vocabulário ideal, consoante se conclui das palavras de Verney:

Mas neste Dicionario, se-deveria acautelal outra coiza, em que caõ o P. Bluteau, que foi, nam distinguir as palavras boas de algumas plebeias. Ele ajuntou tudo: e ainda muitas palavras Latinas, que muitos Portuguezes modernos afetadamente aportuguezáram. E este e o maior defeito que eu acho, naquele Dicionario, porque nam ensina a falar bem Portuguez; como o da-nosa Crusca, que nam tem, senam o que é puro Toscano; e nota às vezes o que antigo, ou poetico &. Sei, que alguma diversidade se-acha: porque os nosos autores, que fazem texto, sam os que escreveram, em um seculo determinado: e assim tudo o que e moderno, entre nos e barbaro. Polo contrario a lingua Portugueza, como á pouco tempo que comesou a aperfeçoar-se, nam pode excluir, tudo o que e moderno. Contudo, deveria o P. Bluteau, nam abrasar senam os autores, que falaram melhor. v. g. desde o fim do-seculo pasado para ca: ou encurtar mais o tempo (VERNEY, 1746, p. 57).

Além de provar quanto Verney era subsidiário da cultura italiana, o elogio da empresa lexicográfica da Crusca não deixa de ser ainda manifestação da sua preferência pelos modernos, entre os quais, como acima se adiantou, ocupavam lugar privilegiado os Italianos, não apenas na *Primeira* mas igualmente nas demais cartas do *VME*. Das muitas alusões à influência italiana, em Verney pouco se terá

²¹ Contudo, tais palavras não seriam votadas ao esquecimento porque caberiam num dicionário específico, conforme tinha proposto Furetière, e haviam feito outros lexicógrafos para as línguas antigas: “Temos o exemplo da-Academia Franceza, a qual no-seu Dicionario, nam poz as vozes plebeias, e antigas; mas as puras, e que oje falam os omens cultos. Aindaque, como diz o Senhor Furetier, e justo que se fasa um Dicionario à parte, das-vozes antigas, e baixas: paraque, por-meio dele, posamos intender, os antigos documentos. Isto fizeram muitos na lingua Latina, compondo somente Vocabularios da-inferior Latinidade, como Vossio, Izidoro, Spelman, Du Cange: o qual ultimo fez tambem outro, para o Grego inferior. E isto mesmo deveria ter feito Bluteau: pondo em um volume, as palavras boas; no-outro, as antigas &c. O certo e, que os nosos Italianos no-compendio da-Crusca, somente puzeram as puras: e advertiram as que sam poéticas, e nam tem lugar na proza” (VERNEY, 1746, p. 57).

esclarecido quanto aos seus efeitos estritamente no plano (meta)linguístico. Bastaria, no entanto, uma simples comparação do rumo da discussão ortográfica em Itália, naquele período, para se concluir que a ortografia verneiana é claramente devedora da ortografia italiana do *Settecento* (MIGLORINI, 1991, p. 5-6): supressão de <h> etimológico, simplificação de consoantes duplas e de grupos cultos, uso de apóstrofe são alguns dos pontos favoráveis à conexão italiana. Dadas as circunstâncias biográficas de Luís António, tal influência era inevitável, visto que Verney seguira para Itália com vinte poucos anos, ali tendo permanecido até ao final da vida. A notória influência italiana no *VME* revela o “deslumbramento” do Autor perante a cultura daquele país; mas o mesmo se nota quanto à França, de cujo cadinho intelectual já haviam saído Descartes e os autores da escola de Port-Royal, entre outros igualmente responsáveis pela renovação filosófica e científica por via racionalista, o que em parte explicará por que, no decurso do século XVIII, o francês viria a constituir-se como referencial e modelo da ilustração linguística em toda a Europa, não sendo Portugal excepção.

Encerrada a digressão pelas notas lexicográficas de Verney, retomam-se as anotações lexicológicas relativas às “palavras novas”. Saliente-se, primeiro, que o estrangeirado não dá mostras de nutrir preconceitos em matéria de importação e subsequente aportuguesamento de palavras estrangeiras porque, ao corresponder quer à necessidade de rigor, precisão e propriedade, quer ao ornato da língua, era um fenómeno natural e inevitável. Na terminologia científica e na artística, o exemplo provinha dos Latinos, já que nem eles “tinham palavras para tudo” (VERNEY, 1746, p. 46). Ciente da delicadeza deste assunto, nele abrangendo tanto os estrangeirismos como os latinismos, e, ainda, os “arcaísmos”²², no tom familiar que tão bem caracteriza o *VME*, esclarece o Autor a sua posição:

Mas certamente nam conhece este privilegio, quem se-escandaliza, como vi alguns, de que se-recebam palavras estrangeiras em Portugal. Se os Portuguezes as-nam-tem, que mal fazem, em pedilas aos outros? Nam aprovo porem, o que muitos

²² Presente em documentos e livros antigos, o arcaísmo traduz a mudança linguística, situação que afecta todas as línguas, conforme salienta Verney: “Este mesmo uso, de purgar as línguas, melhorando na boa pronuncia, enriquecelas com palavras novas, quando á necessidade; esta geralmente introduzido. Achei livros, ainda impresos, Inglezes, Francezes, Espanhoes, e Italianos, com infinitas palavras, que já oje nam estam em uso, e com um estilo de fraze pouco uzada. E lembro-me agora, de ter visto á anos, um livro de Genealogias de Flandres, com a versam de Francez moderno a lado; em o qual socorro, nam era fácil intendolo. Os nosos antigos Poetas tem palavras, que oje se-nam-recebem. Em Dante, e Petrarca, acham-se coizas nam mui finas; e tambem em outros” (VERNEY, 1746, p. 47).

fazem, servir-se sem tom nem som, de vozes estrangeiras, e palavras puramente Latinas, tendo outras Portuguezas tam boas. [...] O que digo e, que nam se-achando proprias, nam e delito, procuralas em outras línguas; ou fazelas novas: e que, quando as próprias sam ásperas, se-devem adosar (VERNEY, 1746, p. 46).

Neste assunto, o Latino fora excedido pelo exemplo dos modernos “Inglezes, Francezes, Espanhoes, e Italianos”, cujos progressos eram, para Verney, a par dos das respectivas nações, o espelho em que os portugueses e a língua nacional deveriam mirar-se: “Os Modernos de todas as Nasoens, melhoraram sobre os Antigos, e serviram-se do-seu direito, para emendar a língua, os mesmos Portuguezes o-fizeram. Finalmente isto e tam claro, que me-envergonho de o-provar” (VERNEY, 1746, p. 47). Não obstante serem empréstimos da língua mãe, os latinismos inúteis passavam por *Pedanteria*, vale dizer, “vicio dos-pedantes, ou ignorantes”.

Quanto às palavras estrangeiras, a sua adopção integra o programa reformador de Verney desde que sejam necessárias para suprir as lacunas expressivas. A regra seria a aclimação daquelas à estrutura da língua portuguesa, a exemplo da prática de Latinos e de Modernos, visto constituir prerrogativa dos povos cultos²³. Ao invés dos totalmente naturalizados, já embrulhados no “traje de Portugal”, nos nomes científicos, dada a sua especificidade, convinha manter as “letras originais”, isto é, a grafia etimológica, já que a aplicação da reforma ortográfica prejudicaria, neste caso particular, o reconhecimento geral daquela terminologia; outro tanto recomenda para nomes oriundos de línguas do Norte da Europa²⁴, cuja difícil pronúncia seria obstáculo a uma adequada transcrição portuguesa. Ressalvados tais casos, o aportuguesamento era encarado como processo normal, em sintonia com Italianos e Franceses²⁵, habituais modelos da perspectiva linguística de Verney.

²³ Assim o declarava o Autor: “Esta liberdade de acomodar as palavras ao estilo da própria língua, tiveram sempre todos os Povos cultos; e devem ter tambem os Portuguezes (VERNEY, 1746, p. 209).

²⁴ Diz a esse propósito: “Quanto pois aos nomes de línguas vivas, principalmente das-linguas do-Norte, em que se-acham muitas consoantes seguidas &c. acho que e melhor, e as vezes precisa necessidade, escrevelos com todas as suas letras: porque sem isto, nam se-poderám distinguir e reconhecer, os Autores, as cidades &c. e nacerá grande confusam” (VERNEY, 1746: 21).

²⁵ Em nova comparação com estes povos, insiste Verney: “Os nosos Italianos italianizam todos os nomes estrangeiros, que lhe-chegam as maons, quando eles sam tais, que se-podem pronunciar à Italiana: e, seguindo a pronuncia Franceza, desterram da-escritura, os ditongos, e tritongos; pondo somente a letra que conresponde ao tal ditongo. Outras Nasoens fazem o mesmo. Se pois em todos os tempos ouve esta liberdade; tambem se-deve praticar em Portugal (VERNEY, 1746, p. 21).

Ao discorrer sobre a renovação lexical por via exógena, dá Verney subsídios para uma discussão que, na segunda metade do século XVIII, devido ao purismo crescente, viria a assumir o carácter de anti-galicismo em vários países (LÁZARO CARRETER, 1985, p. 255-289). Dessa corrente são exemplos expressivos, em Portugal, Francisco José Freire (GONÇALVES, 2003) e o Cardeal Saraiva, autores de textos que arrolaram os galicismos infiltrados no português. Antes de Verney, já Bluteau atentara no assunto, conforme mostram as suas *Prosas Portuguezas* (1728), nas quais as palavras estrangeiras, por demandarem a naturalidade portuguesa, são vistas como “Palavras Pertendentes” (GONÇALVES, 2005). Ao tomar posição na matéria, Verney passa a integrar a galeria dos que, em Setecentos, se interessaram por um fenómeno que, sendo embora antigo, se teria agudizado no decurso desse século devido à influência francesa em variadíssimos aspectos da vida social, das artes e das ciências.

No entanto, a reflexão sobre a importação vocabular transborda para o terreno específico da definição, e, por extensão, da sinonímia. Apesar de estes aspectos se prenderem com a adopção de galicismos, quer lexicais, quer sintácticos, Verney procura identificar os sentidos precisos e inequívocos de termos de natureza filosófica como “pensar”, “juízo”, “entendimento”, “engenho”, “talento”, por exemplo²⁶. À semelhança de outros empréstimos de línguas antigas ou modernas, o galicismo seria tolerável a título de ornamento e de riqueza linguística, para isso sendo necessário “adotar sem afetasam”²⁷. Pela necessidade, justifica os seguintes estrangeirismos: por um lado, *Staffiere* e *Palafreniere*, equivalentes de “estafeiro” e “palafrenero”, formas portuguesas que não figuram no *Vocabulario* de Bluteau, motivo por que talvez Verney não as menciona; por outro lado, distingue “advogado” de “letrado”. Ainda acrescenta outros, há mais tempo adaptados ao português: berlinda, paquebote, estufa, sege. A despeito do que deixa entender a sua posição quanto aos estrangeirismos,

²⁶ Sobre todas estas palavras, vejam-se as notas de Salgado Júnior à sua edição do *VME* (VERNEY, 1952, p. 96-99).

²⁷ A esta avaliação estavam sujeitos quer os latinismos, quer os estrangeirismos, como daqui se conclui: “Nam digo, que se-devam adoptar cem mil termos Latinos, que no-Portuguez sam inutis: antes condeno isto muito em bastantes Portuguezes que enchem os seus escritos, de mil palavras Latinas sem tom nem som, somente para parecerem eruditos. [...] O que digo e, que nam avendo termo próprio em Portuguez, se-pode, e deve buscar fora: e muitas vezes pode-se buscar fora, nam tanto por-preciza necessidade, quanto para maior ornato da-língua: a qual e justo que nam seja tam pobre, que nam tenha algumas ocazioens dois ou trez sinónimos, para explicar as mesmas coizas: outras vezes para adosar a pronuncia áspera de algumas vozes antiquadas: e fazer seja mais bela, e mais suave a língua materna” (VERNEY, 1746, p. 40).

não impunha o autor a aprendizagem de línguas estrangeiras, ainda que o conhecimento destas já franqueasse, mais do que o Latim, o acesso às novidades científicas e humanísticas, então expostas em “vulgar” por *Inglezes, Olandezes, Francezes e Alemaens*, e também italianos, de cujas línguas recomendava especialmente a francesa e a italiana. Assim encerra Verney o assunto:

Esta [vulgar] é oje a moda. Os melhores livros acham-se escritos, em Vulgar: e qualquer omem que saiba ler, pode intender na prezente era, todas as Ciências. [...] DE certo tempo a esta parte, os nosos Italianos comesáram a seguir, o método dos-Transmontanos. Comesou isto, traduzindo os livros Inglezes, e Francezes: depois, pasáram a compor originalmente. Desorteque quem oje quer ter, muitas notícias boas com facilidade, deve intender Francez ou Italiano, Este estudo nam pede grande tempo, podendo servir-se [...]. O Italiano e mais fácil. Mas nam intenda V.P. que sou tam inexorável, que queira carregar os pobres rapazes, com tanto pezo (VERNEY, 1746: p.122-123).

4. Fraseologia e linguagem popular

Um dos aspectos que mais surpreenderá, porventura, os actuais leitores de Verney é a sua linguagem directa, simples, familiar até. Várias são as estratégias linguísticas de que o autor do *VME* se socorreu para imprimir à obra, constituída por cartas que tratam de diferentes assuntos humanísticos e científicos, um tom marcado pela espontaneidade, distanciando-se assim da afectação que caracterizava o “estilo português”. Mais condizente com o tom de uma correspondência particular do que com o de uma obra teórica, tal naturalidade foi seguramente intencional, porque, posta ao serviço dos objectivos da obra, servia sobretudo para resguardar o Autor. Com efeito, ciente do efeito que as *Cartas* do *VME* provocariam, ao simular uma correspondência que não visava outro público senão os seus destinatários, os Reverendíssimos Padres da Companhia, e ao ocultar o próprio nome — o suposto editor Antonio Balle apenas o trata pelo criptónimo de Barbadinho —, Verney estava a acarrear todos os elementos favoráveis à polémica, não menos condimentada pela linguagem e pela ironia do estrangeirado. Na *Carta Terceira* esclarecerá Verney que, considerando os géneros da eloquência, o estilo adequado à Carta é o familiar, afirmação sintonizada com a prática do Autor no *VME*: “[...] eu nam me-cansarei, em escrever Portuguez elegante: mas me-servirei das-palavras, de que comumente me-sirvo, no-discurso familiar” (VERNEY, 1746, p.4).

Pondo de remissa os muitos aspectos que caberiam na análise do discurso verneiano, neste ensejo chama-se tão-só a atenção para a fraseologia familiar

que confere ao *VME* a impressão de texto informal e espontâneo. Das várias expressões respigadas na obra, importa destrinçar as unidades fraseológicas propriamente ditas de outras expressões que também traduzem à-vontade e aproximação ao destinatário. Àquelas pertencem “sem tom nem som” (duas vezes na *Carta Primeira*), “ser de caboquadra”²⁸ e “distinguir o branco, do negro” (VERNEY, 1746, p. 77), três dos muitos exemplos dispersos pelos dois volumes²⁹ do *VME*.

Além de diversas expressões incluindo o verbo “rir”, como “o que me-da mais vontade de rir” (VERNEY, 1746, p. 42), “é para rir” (VERNEY, 1746, p. 84), “dar grandes rizadas” (VERNEY, 1746, p. 78), ocorrem outras, não menos curiosas: “soleníssima ridicularia” (VERNEY, 1746, p. 16), “pasmado” (VERNEY, 1746, p. 59), “embrulhado”, “embrulhar” (VERNEY, 1746, p. 60, p. 78), “dezembrulhar-se” (VERNEY, 1746, p. 61), “arenga”, “enfia” (VERNEY, 1746, p. 65), “soleníssima barafunda” (VERNEY, 1746, p. 67), “loucura” (VERNEY, 1746, p. 77), “enfastiar” (VERNEY, 1746, p. 79), “parvoíce” (VERNEY, 1746, p. 78), “enfadonha” (VERNEY, 1746, p. 121), “gradisimas surriadas” (VERNEY, 1746, p. 110).

A tudo isto acresce a ironia crítica expressa em imagens e comparações presentes no *VME*, conforme ilustram bem os seguintes passos: [a propósito de livros de fraseologia] “sempre á-de ser capa de romendos: e que os diversos mantimentos primeiro se-ám-de digirir, para se-converterem em uma sustancia, que seja uniforme e simplez” (VERNEY, 1746, p.76); [a respeito dos castigos] “isto e mesmo, que meter omem, em uma caza sem luz, e dar-lhe pancadas, porque nam acerta com a porta” (VERNEY, 1746, p. 79).

Conclusão

Revistos alguns aspectos da doutrina verneiana em torno da língua portuguesa e das principais reformas aferentes à sua perfeição, parece claro que Verney não se contentava com um programa reformador circunscrito aos métodos e às condições do ensino e da aprendizagem do Latim, das línguas vivas (estrangeiras) e da língua materna. De facto, a doutrina de Luís António Verney estende-se ao próprio sistema linguístico e, no seio deste, a aspectos que estão longe de ser “reformáveis” por desígnio individual ou por decreto. Se no que

²⁸ A expressão está em registada em Houaiss (2001); porém, sem qualquer datação.

²⁹ Trata-se da edição original. Na edição comentada e modernizada de Salgado Júnior, as Cartas do *VME* encontram-se repartidas por cinco volumes.

tange à ortografia, dado o seu carácter convencional, isso era mais fácil, embora sempre se confrontasse com a articulação entre pronúncia, etimologia e uso, já quando se refere à flexão nominal e verbal, por exemplo, a uniformização descamba fatalmente para o terreno do arbitrário ou discricionário.

Expressa por Verney como parte da reforma que percorria a sua agenda educativa global, a ideia de “emendar” o idioma em pontos tidos como desagradáveis, cacofônicos ou pouco harmoniosos não era uma singularidade verneiana, porquanto outros gramáticos, ainda mais correctivos que Verney, tentaram intervir na feição historicamente motivada da língua, retocando-lhe traços sentidos como contrários à excelência linguística.

A despeito do assinalável conjunto de propostas relativas à alfabetização, com particular relevo para tudo quanto se refere à instrução das mulheres, verdadeiro retrato social do Portugal setecentista, do *VME* sobressai, em particular na *Carta Primeira*, a insistente reivindicação da aptidão da língua materna como instrumento hábil para o ensino de todas as matérias, mesmo que para isso fosse necessário corrigir, na pronúncia ou na morfologia, certos traços mais grosseiros, renovar o tecido lexical (estrangeirismos) ou retirar os elementos obsoletos (arcaísmos). Fruto da perspectiva normativa, a padronização linguística sugerida pelo iluminista português, não apenas determina a circunscrição geográfica e social do modelo regulador dos usos como revela ainda a consciência de que a língua culta, a “fala dos omens doutos da Provincia da Extremadura”, se faz em detrimento de outras variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas.

Se é verdade que a hierarquização subjacente à normalização só viria a manifestar-se claramente décadas depois da publicação do *VME*, consoante se observa em autores da segunda metade do século XVIII — Monte Carmelo, Francisco José Freire, entre outros —, não será menos verdadeira a afirmação de que a Luís António Verney se ficam a dever lúcidas descrições de fenómenos distintivos da moderna língua-padrão, o que, acrescentado quer ao estilo simples e familiar do Autor, quer ao carácter provocador e polémico da obra no contexto de Setecentos, constitui uma curiosa e apreciável singularidade verneiana.

Referências bibliográficas

- AAVV. *Verney e o Iluminismo em Portugal*. Actas do Colóquio «Verney e a cultura do seu tempo». Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 1995.
- ANDRADE, A.A. de. A polémica verneiana. In: *As grandes polémicas portuguesas*, vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1964, p. 279-331.

- ANDRADE, A. A. de. *Verney e a cultura do seu tempo*. Acta Universitatis Conimbricensis. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.
- ANDRADE, A. A. Banha de. *Verney e a projecção da sua obra*. Lisboa: ICALP, 1980.
- ANDRADE, A. A. Banha de. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- CALAFATE, P. Gramática e filosofia. In: P. CALAFATE (dir.). *História do pensamento filosófico português*. Lisboa: Caminho, v. III, 2001, p. 233-245.
- BAGNO, M. org., *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- BLUTEAU, D. R. *Vocabulario Portuguez, e Latino*. V. 4. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.
- FREIRE, A. Gramática Latina do Padre Manuel Álvares e seus impugnadores. In: *As grandes polémicas portuguesas*. Lisboa: Editora Verbo, I, p. 333-389.
- GOMES, J. F. Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino. In: AAVV, *Verney e o Iluminismo em Portugal*. Braga: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos, 1995, p. 7-27.
- GONÇALVES, M. F. As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n.º 14 – 2.º semestre, 1997, p. 37-59.
- GONÇALVES, M. F. Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina. In: THIELEMANN, W. (ed.), *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TFM, 2001, p. 11-31.
- GONÇALVES, M. F. La doctrina lingüística de António das Neves Pereira: purismo, vernaculidad y perfección en el siglo XVIII. In: ESPARZA TORRES, M.-A., FERNÁNDEZ SALGADO, B., NIEDEREHE, H.-J., SEHL 2001 – *Estudios de Historiografía Lingüística*. Actas del III Congreso de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2002, p. 549-558.
- GONÇALVES, M. F. As *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa (1773/1842)* no contexto das ideias linguística do século XVIII. In: F. SÁNCHEZ MIRET (ed.). *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v. V, sección 8, 2003, p. 181-189.
- GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT/Ministério da Ciência e Ensino superior.

- GONÇALVES, M. F. Oratorio requerimento de palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes: uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do v. 2. Porto, Faculdade de Letras Iluminismo”. In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e Românicos, 2005, p. 619-631.
- HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia da Língua Portuguesa. v.1.1, CDRom, 2001.
- LÁZARO CARRETER, F. Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII. Barcelona, Editorial Crítica, 1985 (1.ª ed. 1949).
- MARQUILHAS, R. Em torno do *Vocabulário* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: MATEUS, M. H. M. (coord.). *Caminhos do Português – Catálogo da Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 105-118.
- MARTINS, A. C. Verney, Luís António. In: SERRÃO, J. (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, VI, 1992, p. 271-279.
- MARTINS, A. C. Estrangeirados. In: SERRÃO, J. (coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, VI, 1992, p. 466-473.
- MARUYAMA, T. e ARAÚJO, A. M. The orthographical utopy of Luis Antonio Verney’s Verdadeiro Metodo de Estudar. *ACADEMIA – Literature and Language*. Offprint Septembre, 55, 1993, p. 79-102.
- MIGLIORINI, B. Breve profilo storico dell’ortografia italiana, *Grafica*, v. 1, 1991, p. 767-771.
- MONCADA, L. C. de. Um «iluminista» português do século XVIII: Luiz António Verney. In: *VIII Congresso do mundo português – História da actividade científica*. Lisboa: Edição da Comissão Executiva dos Centenários, v. XIII, 1940, p. 459-470.
- NETTO, A. M. d’A. *O escholiaste portuguez*. Lisboa: Typographia Universal.
- PIRES, M. L. G. Verney e a língua portuguesa. In: MATEUS, M. H. M. (coord.). *Caminhos do Português – Catálogo da Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 138-148.
- SALGADO JÚNIOR, A. (ed.). Prefácio – Biografia breve de Luís António Verney. In: VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, v. II, 1950, p. VII-XLVIII.

- SALGADO JÚNIOR, A. (ed.). *Luís António Verney, Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, 5 vol., 1949-1952.
- SANTOS, I. A. *Norma e codificação. A produção linguístico-gramatical portuguesa*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa. Texto polycopiado. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 2006.
- SANTOS, I. A. Gramática e constituição da norma: o caso do vernacular português. In: ILIESCU, M, SILLER-RUNGGALDER, H., DANLER, P. XXV e CILPR *Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (Innsbruck, 3-8 septembre 2007). Berlin, New York: De Gruyter, 2010, p. 473-474.
- TORRES, A. Verney e o filosofismo gramatical coevo, nas vésperas de novo centenário. In: TORRES, A. *Gramática e Linguística. Ensaios e outros estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 125-134.
- VERNEY, L. A. *Verdadeiro metodo de estudar*. Valensa: Na Officina de Antonio Balle, 1746.
- VERNEY, L. A. Gramatica Latina tratada por um Metodo novo, que querem aprendela brevemente, e solidamente. Traduzida de Francez em Italiano: e de Italiano em Portuguez. Barcelona, 1758.

Anexo 1



